

26 Coordenação do Orçamento Estadual - COE da Secretaria de Estado da Fazenda -
27 SEFA. Se fizeram presentes ainda alguns acadêmicos, professores, profissionais da
28 imprensa, e Entidades Sindicais na pessoa da Professora Rosângela Maria Silva Petuba,
29 Presidente da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Ponta Grossa -
30 SINDUEPG e o servidor Emerson Barbosa, Presidente do Sindicato dos Técnicos e
31 Professores da UEPG - SINTESPO. A Presidência da mesa cumprimentou a todos os
32 presentes, comunicando sobre a suspensão integral da pauta da Reunião Ordinária
33 previamente agendada para esta data, justificada por questões administrativas e ações
34 institucionais urgentes a serem tomadas, em relação a ofícios da Casa Civil de corte em
35 noventa por cento (90%) da carga horária solicitada pela UEPG para a contratação de
36 professores colaboradores, e de outras medidas governamentais e decisões do Tribunal
37 de Contas do Estado do Paraná - TCE/PR que afrontam a autonomia das Instituições de
38 Ensino Superior - IES, transferindo automaticamente a pauta original, para o dia três de
39 abril de dois mil e dezessete no mesmo horário e local; esclareceu ainda sobre os assuntos
40 polêmicos de adequação do valor da taxa de alimentação dos Restaurantes
41 Universitários e da Assistência Estudantil, justificando a presença dos vários acadêmicos,
42 com os quais dialogou e comunicou sobre a transferência do momento de discussão;
43 imediatamente convocou os membros do CA para Reunião de Trabalho sobre os
44 assuntos referidos, esclarecendo que seriam analisados e discutidos no sentido de dar
45 encaminhamento aos procedimentos futuros, considerando que os documentos não
46 estariam devidamente protocolizados; historiou brevemente a respeito das questões
47 consideradas como grandes frentes de batalha, responsáveis pela mobilização geral dos
48 dirigentes das IES, entidades sindicais e comunidades universitárias, comunicando a
49 reativação do Comitê de Defesa das Instituições Públicas Estaduais e primeira reunião
50 desse grupo junto à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI;

51 destacou as questões de contratação de professores temporários e/ou colaboradores, o
52 ofício da Casa Civil que imporia a restrição de atividades diárias da Universidade, o
53 manifesto da Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Público -
54 APIESP em forma de ofício de resposta, o Sistema Meta 4, que seria outra imposição do
55 Governo através do TCE/PR e o Acórdão expedido no ano anterior em relação ao
56 Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva - TIDE; solicitou a permanência na
57 reunião dos Diretores da Pró-Reitoria de Recursos Humanos - PRORH, Edson Batista
58 Maia e Vanderson Ronko, para subsidiar qualquer esclarecimento a respeito dos
59 assuntos; de início antecipou decisão da Reitoria na convocação de Reunião
60 Extraordinária do Conselho Universitário - COU no dia trinta e um do corrente, às nove
61 horas, sexta-feira próxima, para tratamento dos assuntos elencados nesta Reunião de
62 Trabalho, após protocolização formal dos documentos; ressaltou que a reunião do COU
63 trataria especialmente da incorporação e deliberação de proposta da Reitoria, sobre
64 medida judicial a ser impetrada contra o Governo de Estado, no sentido de que fossem
65 abolidos todos os itens que interferem na autonomia das Universidades. Iniciou a
66 discussão em si, priorizando a questão dos professores colaboradores considerando a
67 falta de professores em sala de aula; se reportou a trabalho junto ao Governo de Estado
68 nos últimos meses, a encontros e reuniões com a SETI e Casa Civil, para uma das quais
69 teriam sido convocadas todas as Secretarias de Estado, para ciência de duras medidas
70 que seriam impostas a todos, de forma geral; comentou que a de maior repercussão
71 teria sido a que diria respeito aos professores do Ensino Médio, uma das medidas
72 específicas à Secretaria de Educação - SEED; aos Reitores teriam sido apresentados
73 vários itens restritivos, que posteriormente seriam conteúdo de Decreto, os quais naquele
74 mesmo ato foram claramente contrariados pelo grupo de Reitores, que reunido
75 elaborou documento contrapondo e ponderando documento expedido pela Comissão

76 de Política Salarial - CPS da Casa Civil; seguiu relatando sobre o documento da APIESP
77 entregue ao Governo, onde se reafirmaria que todos os pontos elencados pela CPS
78 seriam inócuos, que estariam acuando as IES e seus dirigentes, rasgando a Constituição
79 Estadual no quesito Autonomia Universitária; afirmou ter sido deixado claro que na
80 história das Universidades, seria a ação de maior ingerência apresentada pelo Governo,
81 e se persistidas essas questões, entraria para a história como o Governo que mais teria
82 atuado contra os interesses das Universidades; revelou ter havido o comprometimento
83 por parte do Governo na revisão dos pontos de restrição, porém, o que não se cumpriu,
84 visto que sem aviso prévio teria sido encaminhado ao final da última sexta-feira às IES,
85 ofício da Casa Civil, cujo teor estaria sendo submetido à discussão. Exposto os detalhes
86 dos acontecimentos, o Senhor Presidente diretamente entrou no mérito da questão,
87 comentando sobre a carga horária solicitada de seis mil, oitocentas e quarenta (6.840)
88 horas, e as seiscentas e oitenta e oito (688) horas autorizadas para contratação de
89 professores colaboradores, e disponibilizando na íntegra o conteúdo do referido
90 documento para conhecimento de toda comunidade universitária; seguiu citando e
91 demonstrando alguns dos anexos do documento fruto do trabalho da CPS, que
92 consideraria algumas normas e legislação e desconsideraria outras, evidenciando
93 desconhecimento técnico do funcionamento administrativo interno de uma
94 Universidade. De imediato a Presidência propôs para aprovação pelo COU de pedido
95 ao Governador, pelo afastamento no trato das questões relacionadas às IES, dos
96 servidores envolvidos nessa projeção descabida desenvolvida pela CPS da Casa Civil. Na
97 continuidade, o Senhor Presidente abriu espaço à manifestação dos presentes, passando
98 primeiramente a palavra ao Procurador Jurídico Professor João Irineu de Resende
99 Miranda que afirmou aproveitar a presença de acadêmicos e entidades sindicais para
100 explanar a respeito dos prejuízos que o ato governamental traria, atingindo toda

101 comunidade universitária; certificou que não só os colaboradores seriam afetados, mas
102 os estudantes no direito da educação se consideradas as turmas sem aula, que se
103 supridas por efetivos sem o devido conhecimento, trariam a precariedade da condição
104 de ensino; do ponto de vista dos efetivos, atingiria o direito à fruição daquilo que está na
105 lei que são as licenças, o direito de continuar com a própria pesquisa ou extensão,
106 porque o documento contempla carga horária que inviabiliza ao docente o
107 desenvolvimento de atividades de pesquisa e de extensão, a atuação na pós-graduação
108 e ainda a contratação daqueles que se submeteram a concurso e tem direito legal a
109 vaga; considerou ser a primeira vez na história que se cogita a possibilidade de uma
110 Universidade vir a processar o Chefe da Casa Civil; instigou para que juntamente à ação
111 da Universidade, as entidades sindicais através dos seus jurídicos, os estudantes por meio
112 das entidades representativas, cada um dos colaboradores buscassem seus direitos na
113 esfera judicial, de modo a refletir sobre os acontecimentos como ofensa aos direitos de
114 toda a comunidade universitária e não só apenas à administração direta da Reitoria;
115 com base na lei de acesso à informação, colocou o órgão jurídico da UEPG a serviço no
116 que diria respeito à disponibilização aos advogados, dos documentos necessários às
117 medidas de proteção dos direitos de seus clientes; finalizou declarando que na reunião
118 do próximo dia três (3) seria apresentada minuta da referida petição. Pela ordem se
119 manifestou a Senhora Vice-Reitora Professora Gisele Alves de Sá Quimelli para clarear a
120 respeito do número total de horas autorizado no documento em discussão; explanou
121 sobre a proporção dos docentes colaboradores já contratados com carga horária de
122 quarenta (40) horas, dos contratos prorrogados e quantos teriam de ser dispensados, no
123 caso de ter que se chegar ao limitador apresentado; expôs que estaria apenas
124 apresentando dados para conhecimento, e que a administração não teria intenção em
125 dispensar docentes; apresentou o alto custo dos processos de demissão, afirmando o

126 quanto a determinação imposta na redução de horas dos temporários seria inócua;
127 considerou ainda projetos em andamento e desenvolvidos pela UEPG em que o próprio
128 Estado estaria sendo atendido, e que não teriam sido levados em conta no atual estudo
129 da CPS - Casa Civil, atendimentos estes que teriam de ser suspensos em caso de redução
130 de carga horária. Seguidamente a Presidência cedeu a palavra à Professora Rosangela
131 Maria Silva Petuba, que na condição de Presidente da SINDUEPG fez várias
132 considerações a respeito das atitudes governamentais; afirmou haver a intenção do
133 desmonte das Universidades Públicas, e que com a aplicação da redução da carga
134 horária docente conforme proposta apresentada, estaria sendo induzido o
135 encerramento dos cursos de Mestrado, a suspensão de orientações, fechamento de
136 laboratórios, transformando a Universidade em um grande colégio de 3º grau; declarou
137 veementemente que o movimento docente e sindical viria apontando nessa direção a
138 décadas, e que o Governo estaria mostrando toda sua intenção em relação às
139 Universidades; parabenizou a APIESP pelo documento apresentado, comentando sobre
140 inúmeras divergências anteriores; atestou sentir-se representada não como sindicalista,
141 mas na condição de docente, de servidora pública do Estado do Paraná; comunicou
142 protocolização de pedido da SINDUEPG e SINTESPO ao COU, para que ratifique
143 moção de repúdio às atitudes do governo e total apoio ao teor daquele documento;
144 anunciou chamamento imediato de assembleia da entidade justificada pela exigência
145 do momento; observou estar sendo gestado o início de enfrentamento sem precedentes
146 na história das Universidades, enfrentamento este inevitável e necessário para que não
147 haja o desaparecimento da Universidade; apelou aos membros do Conselho,
148 convocando a todos da comunidade universitária em busca da união dos interesses e
149 esquecimento das divergências internas, para participarem da assembleia de discussão
150 sobre a distribuição às IES de carga horária reduzida. Assumiu a palavra o Presidente do

151 SINTESPO, servidor Emerson Barbosa que corroborou com o pronunciamento anterior,
152 ratificando a reativação do Comitê do Ensino Superior que congrega além de
153 professores e servidores, também entidades estudantis; informou sobre algumas reuniões
154 já realizadas, na tentativa de fazer frente de combate ao desmonte das Universidades
155 que vem ocorrendo nos últimos anos; seguiu colocando o SINTESPO à disposição da
156 UEPG, na soma de esforços ao enfrentamento em esfera judicial; apresentou opinião a
157 respeito da nulidade das decisões tomadas pela CPS em relação à política salarial,
158 considerada a arbitrariedade de reunião realizada com ausência de representante legal
159 da SETI, órgão representativo das IES junto ao Governo de Estado; comunicou que a
160 luta do SINTESPO iria além dessas questões, com possível chamamento de assembleia
161 para os próximos dias de discussão e deliberação a respeito, inclusive, de indicativo de
162 greve, considerado termo de compromisso firmado e assinado pelo governo no ano de
163 dois mil e quinze, onde se asseguraria a contratação de servidores, o qual não se
164 admitiria o descumprimento ou desrespeito; relacionou outros itens da pauta de
165 discussão como os últimos ataques à carreira docente através do TIDE e documentos
166 exarados pela Casa Civil em relação aos professores temporários; finalizou pedindo
167 apoio de todos, à frente política desencadeada pelo Sindicato contra as imposições do
168 Governo de Estado. O Conselheiro Robson Laverdi comunicou ter materializado
169 solicitação de reunião extraordinária do COU, junto ao qual apresentou documento dos
170 dois (2) sindicatos, tanto de proposta de Moção do COU em apoio ao Ofício R. nº
171 068/2017 subscrito pelos dirigentes das sete (7) IES atingidas pelas deliberações e medidas
172 contidas nos documentos emitidos pela Casa Civil, como também traria a orientação do
173 Magnífico Reitor da UEPG a não adotar as referidas medidas; considerou que as
174 propostas de medidas judiciais contra o Governo seriam válidas, porém, também seriam
175 morosas e dependentes de processos judiciais, e que assim traria proposta de discussão

176 pelo COU da suspensão do Calendário Universitário, visto ser uma medida contundente
177 e importante de posicionamento da Instituição, num contexto difícil de impedimento do
178 funcionamento das suas atividades dentro desse regime que se impõe. Próximo inscrito,
179 o Conselheiro Antonio José Camargo expôs entendimento próprio a respeito do cálculo
180 da carga horária autorizada para docentes colaboradores, fundamentado em situação
181 anterior vivida quando da sua atuação como Chefe da Coordenadoria de Ensino
182 Superior junto a SETI; explanou sobre o sistema de cálculo adotado na época, sugerindo
183 que no presente momento fosse apresentada através da APIESP, uma contra proposta;
184 continuou, manifestando maior inquietação em relação ao outro documento
185 encaminhado pela Casa Civil referente a deliberações restritivas, o qual considerou com
186 características de Ordem de Serviço, sem força de decreto ou lei, porém com força de
187 imposição. O Conselheiro Marcos Vinicius Fidelis, representante da categoria dos
188 servidores técnicos administrativos, compartilhou com os docentes o sentimento de
189 inquietude com a questão da redução de carga horária dos colaboradores, e apoio à
190 posição de repúdio a ser promulgada pelo COU em reunião próxima, declarando ainda
191 ser favorável à ampla divulgação do repúdio às ações do governo, na página da UEPG;
192 quanto aos últimos encaminhamentos de cortes relativos às contratações de pessoal,
193 expressou grande preocupação com concurso público para agentes universitários,
194 previsto para o ano em curso. A Presidência informou sobre reunião agendada de
195 discussão dos mesmos tópicos com os Sindicatos, e considerando já terem sido discutidos
196 nesta reunião, sugeriu reunião de trabalho entre os jurídicos para análise e elaboração
197 do documento de Moção, o que foi aceito de imediato; seguiu para o segundo assunto,
198 relacionado ao Ofício R. nº 068/2017 da UEPG, subscrito pelos demais dirigentes das IES
199 em nome da APIESP, em resposta às deliberações impostas pela CPS da Casa Civil no
200 Ofício CEE/CC nº 310/17; informou não haver acordo das IES a nenhum dos itens

201 elencados no referido ofício e que também haveria mobilização no sentido de Moção, se
202 assim fosse deliberado; historiou brevemente sobre Acórdão do TCE/PR relacionado ao
203 TIDE, dizendo que trataria de uniformização de jurisprudência, se reportando ao mês de
204 julho do ano anterior, quando teria sido aprovado o referido Acórdão, e que após
205 divergência entre o TCE/PR e a Paraná Previdência, o regime de trabalho teria passado
206 a ser visto como mera gratificação; relatou sobre diligências e ações relacionadas à
207 questão, já efetuadas pelas IES junto ao Governo de Estado, dentre elas o
208 encaminhamento de solicitação de revisão do Acórdão e sustentação oral em reunião
209 plenária do TCE/PR; continuou explanando a respeito dos efeitos do Acórdão, dos
210 trâmites do processo, colocando a plenária a par dos procedimentos futuros e
211 acompanhamento direto pelos senhores dirigentes das IES; considerou essa questão
212 também, como frente de batalha difícil, a ser travada contra o TCE/PR; apresentou teor
213 dos documentos recebidos pela UEPG, incluindo parecer da Procuradoria Geral do
214 Estado - PGE, que afirmaria dever ser tratada em legislação própria geral, a definição
215 da questão do TIDE; informou sobre a efetiva frente de trabalho dos Sindicatos e de
216 ações pessoais que já estariam sendo impetradas contra o Acórdão; comunicou que
217 todas as questões apresentadas, seriam levadas para discussão na Reunião
218 Extraordinária do COU da próxima sexta-feira, e também disponibilizadas na página
219 oficial da UEPG. Interrompeu o Conselheiro Robson Laverdi julgando bem detalhada a
220 exposição da questão, porém considerando o parecer da PGE ser desfavorável de
221 maneira contundente, que viria em reforço do primeiro Acórdão do TCE/PR, em forma
222 de uma representação institucionalizada, fortemente contra os docentes, e expressou a
223 necessidade em todas as instâncias da Instituição, do reforço do processo de luta. O
224 Senhor Presidente passou a explanar sobre outra frente a ser enfrentada como o
225 Governo e TCE/PR, o Sistema Meta 4, programa de origem espanhola de elaboração

226 para folha de pagamento adquirido pelo Governo do Estado do Paraná na década de
227 noventa (90), comentando também a respeito de acordos e compromissos políticos
228 assumidos com o Governo de Estado sobre o assunto, os quais, através de Decreto atual
229 estariam sendo totalmente negligenciados e desrespeitados; após breve histórico sobre a
230 pressão à adesão das IES no sistema Meta 4 durante os últimos anos, a tolerância na
231 decisão negativa de algumas Instituições em aderir ao sistema, comunicou sobre a atual
232 postura de exigência através de Comunicação de Irregularidades do TCE/PR contra
233 Secretaria de Estado e IES; explicou minuciosamente a especificidade do documento e
234 suas implicações, inclusive com situações parecidas em que os Conselheiros, membros dos
235 conselhos deliberativos, foram incluídos na responsabilidade por ação ou omissão, das
236 decisões e emissão de atos deliberativos, tendo seus Cadastros de Pessoas Físicas - CPFs
237 elencados em Tomada de Contas, passíveis de dividirem com o Reitor da Instituição, a
238 devolução de erário público; informou ainda sobre reunião dos reitores a ser efetivada
239 anteriormente a reunião do Universitário para tratar do assunto Meta 4, e anunciou
240 que dependendo do que fosse decidido, a matéria seria levada a discussão no douto
241 COU. O Presidente do SINTESPO Emerson Barbosa solicitou autorização para contato
242 junto a PRORH, em busca de informações concretas e instrução técnica a respeito do
243 Sistema Meta 4, o que foi imediatamente acordado. Na sequência o Conselheiro Robson
244 Laverdi se reportou a lutas docentes contrárias ao Meta 4, inclusive geradoras de greves
245 deflagradas pela categoria; alegou haver correlação entre os assuntos, com os cortes de
246 orçamento impostos pelo Governo à UEPG; questionou sobre a negativa ao pagamento
247 de TIDE a professores colaboradores, requereu encaminhamento ao CA dos pedidos
248 negados e solicitou esclarecimento sobre a matéria. De imediato a Presidência
249 esclareceu que dentro do orçamento aprovado no ano de dois mil e dezesseis para dois
250 mil e dezessete, não estaria previsto recursos para esse fim; esclareceu tratar de questão

251 técnica, desde que seriam duas (2) as exigências a serem cumpridas para que o docente
252 temporário possa vir a usufruir do TIDE, que seria o professor estar participando de
253 projeto de pesquisa ou extensão, e outra, a existência de recursos orçamentários e
254 financeiros para tanto; continuou sua explanação, clareando que com base na projeção
255 da folha de pagamento deste ano, na medida em que estão sendo requeridos os TIDES,
256 estariam sendo fundamentadas as justificativas da impossibilidade dos pagamentos,
257 permitindo aos interessados a chance do recurso aos Conselhos; afirmou ainda que ao ser
258 deliberado pelo Conselho o pagamento, o recurso disponibilizado deveria advir de outro
259 pagamento devido, deixando esse a descoberto. Interrompeu o Conselheiro Robson
260 Laverdi para insistir na questão e afirmar que a falta de recebimento do TIDE, em
261 muitos dos casos viria colocar em risco, a permanência desses docentes na Instituição.
262 Seguidamente, foi dada sequência aos tópicos da reunião de trabalho, com espaço à
263 palavra livre pela Presidência. Primeiro a se inscrever, o Conselheiro Marcos Vinicius
264 Fidelis que propôs a manifestação de representante da SETI na reunião extraordinária
265 do COU, no intuito de trazer maiores esclarecimentos daquela Secretaria a respeito dos
266 assuntos já discutidos, e pautados para o próximo dia trinta e um; expressou ainda
267 preocupação em como esses assuntos poderiam vir a comprometer o desenvolvimento
268 do concurso público para agentes universitários, previsto para os próximos meses. O
269 Conselheiro Luis Fernando Cerri registrou ocorrência de assalto na noite anterior no
270 *Campus* em Uvaranas, alertando para o aumento dos casos de violência dentro do
271 âmbito universitário. Em seguida o Conselheiro Amazonas Santos Neto reforçou a fala
272 anterior em relação às ocorrências de assalto e sugeriu que se aguardasse a reunião
273 extraordinária do COU para divulgação de informação sobre a suspensão do Calendário
274 Universitário, visto que postagens em rede social sobre o assunto já estariam provocando
275 agitação no meio acadêmico. Pediu aparte o Conselheiro Robson Laverdi para justificar

276 que na condição de representante docente, haveria publicado postagem extremamente
277 clara, no sentido de que a matéria seria ainda pautada e discutida. Em seguida o
278 Conselheiro Miguel Archanjo de Freitas Júnior fez referência à deliberação durante
279 acordo com o Movimento Estudantil, de que seria apresentada posição sobre ações
280 preventivas referentes à questão da violência dentro do *Campus* Universitário, mesmo
281 porque haveria o entendimento por parte dos acadêmicos, de que a presença da polícia
282 não seria o comportamento mais adequado; informou sobre a realização no próximo
283 mês de um Seminário sobre segurança, onde deveriam ser trazidas e apresentadas
284 propostas dos grupos acadêmicos e algumas outras já encaminhadas à administração;
285 expressou satisfação pela manifestação de união das categorias universitárias num
286 momento em que o cenário estaria sendo extremamente negativo, corroborando e
287 apoiando a proposta de moção de repúdio às pessoas que teriam demonstrado total
288 desconhecimento da realidade da Universidade. Ainda sobre a questão do assalto, o
289 Conselheiro Robson Laverdi fez menção a reportagens da mídia sobre a insegurança
290 dentro do *Campus* no período noturno; alegou que apesar da condição desfavorável no
291 sentido orçamentário/financeiro da Instituição, o momento exigiria ação emergencial na
292 busca de solução do problema. Na sequência, o Conselheiro Antônio Marcos Maia
293 indagou sobre a existência de processo de terceirização dos Restaurantes Universitários.
294 A Senhora Vice-Reitora Professora Gisele Alves de Sá Quimelli imediatamente
295 respondeu que não haveria sinal algum de processo a esse respeito, e que no máximo
296 estaria em estudo a possível instalação de restaurante terceirizado sem envolvimento
297 com os Restaurantes Universitários. Próximo inscrito o Conselheiro Ulisses Coelho,
298 expressou grande preocupação em relação à contratação de professores temporários,
299 em particular do Curso de Odontologia na disciplina de Endodontia, que contaria com
300 um (1) único docente. Para que fosse respondida a indagação do Conselheiro Marcos

301 Vinicius Fidelis a respeito do Concurso Público para Agentes Universitários, foi solicitada
302 a intervenção da Conselheira Silviane Buss Tupich, Pró-Reitora de Recursos Humanos
303 que esclareceu já ter mantido contato com o Representante Técnico, e que os
304 procedimentos estariam em trâmite, somente aguardando o término da vigência do
305 concurso público em vigor. Solicitou a palavra o Conselheiro Luiz Alexandre Gonçalves
306 Cunha que reforçou a questão da necessidade de maior iluminação e segurança no
307 período noturno. Última inscrita, a Conselheira Fabiana Postiglione Mansani destacou
308 mais uma vez a ocorrência do assalto, informando terem sido tomadas providências
309 imediatas possíveis junto ao Bloco M; ressaltou ainda a existência de buracos no asfalto
310 do estacionamento do Bloco do Setor de Ciências Biológicas e da Saúde - SEBISA,
311 solicitando atenção e a reparação. O Senhor Presidente comentou sobre a recorrência
312 dos assuntos expostos, comunicando a detenção de elemento meliante durante investida
313 de invasão no Núcleo de Tecnologia de Informação - NTI, e afirmando a tentativa
314 paulatina da Administração na resolução dessas questões. Não havendo nada mais a
315 tratar, às onze horas e vinte e sete minutos, a Presidência agradeceu a presença de
316 todos e declarou encerrada esta reunião, da qual, eu, Eliane Maria Fidelis, Secretária dos
317 Conselhos Superiores, lavrei a presente ATA, que depois de aprovada será assinada pelos
318 presentes. Sala dos Conselhos Superiores da Universidade Estadual de Ponta Grossa,
319 vinte e sete de março de dois mil e dezessete.

320

ATA Nº 3/2017

321 Carlos Luciano Sant'Ana Vargas

322 Gisele Alves de Sá Quimelli

323 Amaury dos Martyres

324 Amazonas Santos Neto

325	Antônio Marcos Maia	_____
326	Ariangelo Hauer Dias	_____
327	Emerson Martins Hilgemberg	_____
328	Fabiana Postiglione Mansani	_____
329	Gabriel Andrade Schleder (suplente)	_____
330	Luis Fernando Cerri	_____
331	Luiz Alexandre Gonçalves Cunha	_____
332	Marcos Vinicius Fidelis	_____
333	Maria Lúcia Cazarin Beserra Madruga	_____
334	Maria Salete Marcon Gomes Vaz	_____
335	Marilisa do Rocio Oliveira	_____
336	Maristella Dalla Pria (suplente)	_____
337	Miguel Archanjo de Freitas Júnior	_____
338	Robson Laverdi	_____
339	Silviane Buss Tupich	_____
340	Ulisses Coelho	_____
341	Vicente Paulo Hajaki Ribas	_____
342	Presentes:	
343	Dierone César Foltran Júnior	_____

344 Ítalo Sérgio Grande

345 João Irineu de Resende Miranda

346 Neomil Macedo

347 Eliane Maria Fidelis - Secretária
